

## ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O ALARGAMENTO DOS PASSEIOS DA RUA SÃO JOSÉ REALIZADA NO DIA 06 DE JULHO DE 2011

Aos seis dias do mês de julho de dois mil e onze, deu-se início à Audiência Pública sobre o Alargamento dos Passeios na Rua São José realizada no Plenário desta Casa, sobre a Presidência do Vereador Maurílio Zacarias Gomes: " Boa noite a todos. Vamos dar início a Audiência Pública sobre o alargamento dos passeios da rua São José, gostaria de convidar para compor a Mesa, a Dr<sup>a</sup> Shermilla Perez Dhingra que é a nova Promotora de Justiça de Ouro Preto, também o Secretário o senhor Gabriel Gobbi que é Secretário de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano; Luciano Gomes, Engenheiro Civil, representante do SEMAE, e a Rosângela de Cássia Saraiva Presidente da Associação Comercial e Empresarial. Essa é a 17<sup>a</sup> audiência Pública da Câmara Municipal. Nós estávamos aguardando o momento, pra que se chegasse a Secretária Regina Braga, ela está vindo de Belo Horizonte e deve está próximo, eu convidaria o Vereador Júlio Ernesto pra primeiro secretário. Eu gostaria de abrir a palavra para o Secretário Gabriel Gobbi, vamos marcar o tempo regimental dos Vereadores que é dez minutos, para cada um dos membros da Prefeitura, depois os Vereadores também o mesmo prazo, e depois nós abriremos para o público, três minutos para os questionamentos. Com a palavra o Secretário de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano Gabriel Gobbi: " Boa noite a todos. Eu gostaria de cumprimentar na pessoa do Presidente da Câmara, Maurílio Zacarias, os demais vereadores presentes aqui, O Moisés, o Júlio, O Paquinha, Dr<sup>a</sup> Shermilla, a Rosângela, ao Luciano e todos os demais presentes, e na verdade o que o Presidente tá falando, não se tratava de uma disputa aqui, em questão de falar primeiro ou depois. A Secretaria de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano foi convidada a participar dessa audiência pública, uma vez que houve uma recomendação do Ministério Público Estadual, mediante a indagação que foi feita sobre as obras da rua São José, e entendeu o Ministério Público que era importante e legal que se promovesse uma audiência pública pra que todas as pessoas tivessem oportunidade de conhecer o projeto que é o objeto dessa análise, como também receberem informações e terem oportunidades de se manifestar, eu acho que isso é legítimo, eu acho que isso é democrático, e é participativo. Nós da Secretaria de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano, ao tomarmos conhecimento de que o SEMAE estaria fazendo dentro das ruas do Centro Histórico, uma série de intervenções dentro do projeto de saneamento básico, através de um convênio com o Governo Federal, é, ao tomarmos conhecimento de que a rua São José teria todo seu calçamento retirado dentro da planilha que a obra previa de saneamento, diferentemente de outros locais onde se abriu uma vala e se recompôs o calçamento, instados que temos sido, não só pelo Ministério Público Estadual e Federal, mas também pelas associações que tratam daquelas pessoas que tem algum problema, são portadores de algum tipo de necessidade especial, os idosos, já estávamos desenvolvendo em conjunto com o IPHAN em Brasília um projeto de acessibilidade universal na cidade, sabedores que nós somos, das dificuldades que uma cidade histórica como Ouro Preto, com um traçado do século XVIII, para se adequar aos avanços do século XXI. O Projeto que estava sendo elaborado pelo IPHAN em Brasília, infelizmente não foi completado, então quando essa oportunidade surgiu de que todo o calçamento da rua seria retirado, nós pedimos a todos os técnicos da secretaria de Patrimônio que estudassem um projeto que pudesse manter as características da cidade, não descaracterizá-la, uma vez que o nosso grande desafio da secretaria é não perder a identidade, preservar o patrimônio, mas ao mesmo tempo, criar avanços no sentido de humanizar a cidade, e de proporcionar aos seus cidadãos mais conforto, mais segurança e principalmente o direito de transitar em igualdade e condições. Esse projeto que nós elaboramos, foi feito em parceria com o IPHAN durante todo o tempo que ele foi elaborado, houve uma primeira sugestão e nas reuniões que nós tivemos com o escritório técnico do IPHAN, eles fizeram uma série de ponderações e ao final de um tempo, nós conseguimos chegar a um consenso, consenso esse que foi submetido à apreciação de uma reunião conjunta do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural de Ouro Preto, um Conselho Consultivo, e também submetido à apreciação do Conselho Municipal de Política Urbana que foi instituído em Ouro Preto em obediência ao Estatuto das Cidades. Esses dois conselhos com representatividade paritária, tanto de órgãos governamentais quanto da sociedade civil, conheceu o projeto, pediu informações, e unanimemente votou a favor de sua

aprovação, entendendo que era um projeto que agregava valores, que contribuía enormemente para que não houvesse uma desigualdade de tratamento dos cidadãos, proporcionando a todos uma mesma possibilidade de locomoção e também entendo pelo voto favorável do IPHAN dentro dos conselhos, que ele estava de acordo com as normas patrimoniais. Isso nos deixou muito satisfeitos, Eu como sou ouro-pretano, Eu também percebo as dificuldades e limitações que nós temos, e hoje, Eu até tenho aqui, mas obviamente só se isso for necessário, Eu tenho uma série de artigos e uma série de considerações, não só do Ministério Público Federal, mas de outras entidades, no sentido de nós humanizarmos as cidades, as cidades não foram feitas para os carros, as cidades foram feitas para as pessoas. O carro é um instrumento de segurança e conforto, embora nós possamos entender que as vezes ele se transforma numa arma e isso eu não preciso citar aqui porque que ele pode se transformar numa arma. Então esse convite a nós foi muito bem vindo, algumas indagações vão surgir e apesar de não querer antecipá-la, Eu gostaria de propor ao Presidente que nós fizemos só algumas considerações e após as manifestações que nós esclarecêssemos os pontos de dúvidas, ou aqueles que podem ser questionados, entendendo sempre que política de uma cidade responsável, de uma secretaria responsável, e de cidadãos responsáveis, se faz com transparência, com honestidade e de frente, mas principalmente com muito respeito, que é o que a gente tem procurado desenvolver nesse tempo em que Eu estou à frente da secretaria, mas que o resultado da nossa secretaria é fruto do trabalho de toda a nossa equipe. Então a primeira resposta que Eu vou dar, embora esteja aqui o SEMAE, porque Eu participei intensamente do planejamento desta obra, é porque fazer agora, porque fazer agora? Logo no mês de Julho? onde nós temos aí o comércio? Nós temos o visitante? Se nós fizemos uma análise técnica dessa obra, e quem é engenheiro é que poderia constatar isso, quando nós pedimos para que o SEMAE colocasse no papel toda e qualquer atividade que ia ser executada, desde o início da obra, quantos dias vocês vão levar para retirar o calçamento? Quantos dias vocês vão levar para abrir a vala? Isso é cronograma de engenharia. E eles ficaram assustados porque a rua São José tem uma série de componentes que eles não esperavam que criassem um cronograma tão complexo, porque? Não só por ser umas das ruas que compõe o caminho tronco principal da cidade, a chamada rua setecentista, a rua de mil e setecentos, mas porque ela sobre tantas interferências em razão do seu aspecto comercial, que abrir uma rua daquela, é o mesmo que abrir uma caixa de surpresas, então, quando eles fizeram o cronograma, esse cronograma deu um tempo de obra de seis meses, agora imaginem vocês, você paralisar uma rua central da cidade durante seis meses, então nós pedimos ao SEMAE que fizesse o que nós chamamos de caminho crítico engenharia, que é o menor caminho para se obter o resultado. E eles chegaram a um resultado de quatro meses com uma possibilidade de cinco, me corrija se eu estiver errado Luciano, porque? Não estão se considerando aí qualquer imprevisto, como chuva, como o encontro aí de alguma intervenção que tenha arqueologia, que você tem que parar a obra, você tem que registrar aquilo, tem que mapear. Então, na melhor hipótese, quatro meses seriam o necessário pra fazer, embora aí, queria uma produtividade alta. Ora se nós tirarmos o natal, dezembro, se nós tirarmos novembro, mês de chuva, não tem sentido fazer uma obra a não ser que você já esteja terminando uma obra, no mês de novembro e dezembro, qualquer construtor sabe que até a enchente das goiabas, que é março, é muito difícil você executar uma obra, principalmente uma obra de infraestrutura. Então nós tiramos aí, dezembro, janeiro, fevereiro, março, nós temos o carnaval, depois nós temos a Semana Santa, depois nós temos em maio o dia das mães, que segundo o comércio, é a melhor data depois do carnaval para as vendas. Então, o que que ocorre, nós teríamos então o mês de junho, junho, julho, agosto, setembro, outubro, cinco meses que estão previstos, com a expectativa de seis. No mês de julho não foi possível, devido à uma série de burocracias a serem cumpridas e uma semana antes de começar, tinha a festa de Corpus Christi, com a procissão, optou-se o SEMAE a pedido das entidades religiosas, para passar pra uma semana depois, então, esse é o motivo do tempo da obra. Com relação aos passeios, com relação ao alargamento, Eu proporia ao Presidente, que nós fizemos o seguinte, nesses dois minutos eu não vou me prolongar, nesse tempo Presidente, Eu acho que poderia simplesmente fazer nesse tempo, apresentar o Projeto, e depois então, das demais apresentações, as dúvidas e os esclarecimentos, nós estaríamos aqui, a minha equipe está toda aqui, acho que nós não estamos mais que fazendo a nossa obrigação de vir aqui e prestar esclarecimentos, toda a nossa equipe de arquitetos e urbanistas estão presentes, pra que a gente possa esclarecer a vocês. Então Eu vou só apresentar aqui. Eu tinha uma apresentação antes, algumas fotos, mas Eu acho que ela pode ser apresentada depois. Eu apresentar só o projeto porque essa apresentação é só pra justificar, caso haja alguma dúvida de argumentação. Então vamos ao projeto. O que que nós gostaríamos que vocês

conhecessem deste projeto, esse projeto prevê, a rua São José, é esta rua aqui, iniciando aqui na Casa dos Contos, terminando aqui no Largo da Alegria, que nós chamamos. Reparem que esse traçado branco, são os passeios atuais, essa parte que tá aqui, isso aqui é o passeio atual. A proposta que nós estamos fazendo, de reurbanização e acessibilidade universal na rua, é, ampliarmos os passeios, de forma que a pista de rolamento dos veículos, fique com uma largura mínima, adequada, ao tipo de veículo autorizado a transitar no Centro Histórico, qual seja, veículo, que nós chamamos de carga média, porque o veículo pesado, num acordo já com o Ministério Público Estadual, eles estão proibidos de transitar no Centro Histórico. Então, o dimensionamento feito pelos urbanistas ele estabeleceu que a pista de rolamento, exceto nas curvas, vai ter uma caixa suficiente pra se passar veículo de médio carga, de médio porte e os veículos de passeio, mas nós não podemos criar uma rua sem possibilidade de que as pessoas possam parar e fazer as atividades essenciais, principalmente ao comércio local. Então nós criamos duas áreas nos pontos mais largos, entre o banco Itaú e o banco do real, ou Santander hoje, então nós criamos aqui uma vaga acessível, com o alargamento necessário a se implantar uma rampa, pra que um portador de necessidade física, um cadeirante, possa sair do carro em segurança, na rua São José Eu já vi gente carregando um cadeirante, pra que ele pudesse descer nessa rampa e pudesse transitar com uma largura mínima ao longo dos passeios, que permitisse que ele pudesse se locomover com segurança. Também tem a vaga pra carga e descarga, não só de valores, mas dentro daquele horário que hoje tá dentro do TAC com o Ministério Público, até as nove horas da manhã que um caminhão possa parar e fazer o seu descarregamento. Hoje, na verdade, os caminhões tem como ponto de parada e distribuição de mercadorias, o largo da alegria e o largo do cinema, um ou outro para na rua São José porque tem determinados pontos atrapalha o tráfego. Então nós temos duas áreas deste tipo, uma aqui e uma entre aqui próximo ao banco do Brasil, até depois do Banco HSBC, na mesma condição, vaga de carga e descarga e vaga acessível pra permitir que pessoas portadoras de necessidades especiais, cadeirantes, ou até mesmo as pessoas mais obesas ou de idade possam descer com tranquilidade, e a parada também pra que possa descer uma pessoa que vai ao banco ao qualquer coisa deste tipo. Ao longo dessa, vocês reparem que poucos pontos, nos permitiram ampliar os passeios. O que está hachurado, então, ao lado ali do Hotel Tóffolo, próximo ao Passo, hoje já existe uma área um pouco mais generosa, onde se coloca umas mesas e cadeiras, a intenção é que como não pode parar aqui, que isso aqui fique maior e possibilite inclusive, que nos fins de semana, a noite, em algum evento, possam ser colocadas mesas e cadeiras que propiciem aos cidadãos, até mesmo aos turistas, usufruírem de assentar ali e poderem como a exemplo de outro centro histórico, poderem assentar e poderem usufruir disso. Naturalmente, o código de postura vai estabelecer que tipo de mobiliário é mais adequado a um Centro Histórico com Ouro Preto no sentido de qualificar. Aqui, próximo a essa parte larga, onde sobe a rua Teixeira Amaral, tem e nós temos também, esses alargamentos que são pra proteger os veículos que vão estacionar ali, então realmente não vai poder estacionar na rua São José a não ser nesses espaços, porque a pista que foi planejada e estudada é pra que os carros passem e parem nos lugares adequados, hoje, esse é um conceito urbanístico mundial, Eu tenho vários recortes ali, em que as cidades estão é fechando os centros históricos, na verdade hoje não se passa carro no centro histórico, se nós formos fora do Brasil, mais aí se fala, isso é outro mundo, não, o mundo de respeito as pessoas, o mundo de respeito ao cidadão, não é no primeiro mundo, é em qualquer mundo. O chamado terceiro mundo não tem essa diferença na minha opinião, isso é nos qualificarmos por baixo. Então, o que que acontece, isso vai propiciar que as pessoas mais idosas possam, junto com aqueles portadores e as próprias pessoas que não tem qualquer tipo de dificuldade locomover com segurança. Hoje, com a obra que está se desenrolando aí, se vocês verem os passeios como as pessoas estão se exprimindo, dentro do passeio pra passar e o passeio tá totalmente liberado vocês vão perceber que a maioria do povo ouro-pretano anda na rua, não anda no passeio, que é um desrespeito, Eu gostaria de terminar minha apresentação por favor. Então, o que ocorre é, o projeto é simplesmente isso, além de uma requalificação do passeio, quanto a questão de estar destruindo ou não o Patrimônio Público, Eu acho que o IPHAN é o órgão mais competente pra falar se nós estamos causando um dano ao Patrimônio, mas Eu entendo e fico até satisfeito de ver uma movimentação tão grande em defesa do Patrimônio, porque Eu nunca vi, Eu sou ouro-pretano, tenho sessenta e três anos. Quando nós fizemos os passeios em torno da Escola de Minas não teve essa movimentação, Eu acho a Praça Tiradentes tão importante quanto a rua São José, assim como o Morro São João é tão importante quanto a rua São José. Então o que Eu gostaria de dizer é que nós na verdade entendemos e todos os estudos mostram que todos os centros urbanos, se vocês forem

a Belo Horizonte hoje, não se estacionam no centro de Belo Horizonte e não tem estacionamento público lá não, lá só tem na Rodoviária e você paga, tem estacionamentos particulares e só pra esclarecimento pra todos, a nossa Lei de Uso e Ocupação do Solo atual não impede que proprietário de áreas no Centro Histórico ou fora do Centro Histórico construa estacionamentos particulares basta apresentar o projeto que seja compatível com a legislação e isso vocês podem ver (inaudível). Então, Eu estou aqui como secretário de Patrimônio, com muito orgulho, sou ouro-pretano acho que aquilo que nós viemos tentando desenvolver ao longo desse tempo é no sentido de melhorar a cidade, e de dar melhoria de vida aos cidadãos, agora, é legítimo e democrático que as questões sejam debatidas e até mesmo impedidas. Eu vou sempre defender, até mesmo por uma questão de família, aquilo que Eu entendo como pessoa como bom, que Eu fui criado assim, agora, tenho que respeitar as opiniões contrárias e gostaria que elas fossem feitas com mesmo respeito que Eu tenho feito nesses seis anos, pelo Legislativo, pelas pessoas que nos procuram, porque Eu acho que enquanto Eu estiver, estiver, Eu gostaria da educação, que a gente possa ter respeito mútuo. Eu gostaria só de dizer que a secretaria de Patrimônio está inteiramente a disposição, acho que nós estamos fazendo um trabalho sério, transparente e naturalmente nós vamos dar todas as explicações adicionais que vocês acharem que são necessárias. Muito obrigado".

Presidente Maurílio Zacarias: " Passamos a palavra para a Rosângela de Cássia, presidente da Associação Comercial e Empresarial de Ouro Preto, Eu acho que é a pessoa mais importante pra está usando a palavra que está realmente ligada a todos os comerciantes da rua São José. Com a palavra Rosângela: " Boa noite a todos. Meu nome é Rosângela, Presidente da Associação Comercial com total legitimidade pra está defendendo o empresário, e mesmo defendendo o empresário, Eu sempre tive o respeito também com os moradores da rua São José e Eu vou demonstrar isso a vocês através dos meus e-mails, Eu até peço Maurílio, primeiro Eu nem cumprimentei, desculpa, boa noite. É que realmente a gente, na ânsia de querer mostrar o quanto a gente tá fazendo a coisa correta, eu peço desculpa. Eu gostaria Maurílio de pedir um pouquinho mais de tempo, porque como envolvi muito o comércio, se possível. Eu sempre respeitei tanto os moradores da rua São José, Eu nem tenho loja na rua São José, a minha loja é na Bauxita, mas tenho, há nove anos na Associação Comercial brigando inclusive, aqui com a Marina, Marina sabe disso, um ano e dois meses brigando pelos direitos do comércio. Eu sou uma pessoa que sou extremamente correta com o que Eu faço e coerente. Eu vou demonstrar aqui pra vocês através de e-mails e atas o quanto Eu respeito todos, respeito tanto que convidei moradores, estabelecimentos na Associação Comercial, recebi todos com o maior respeito. A Associação Comercial, ela participa em cinco conselhos, nós temos representação em cinco conselhos, Conselho de Políticas Urbanas, Meio Ambiente, Transporte, FIA e CODEMA e Preservação do Patrimônio e entre todos eles o COMPURBI que é o Conselho de Políticas Urbanas. Eu sou uma pessoa que, as pessoas até pensam que, Associação Comercial o presidente é remunerado, mas saibam que não, é um trabalho voluntário, é dedicação só; tanto da presidente quanto de toda diretoria, e qualquer um que quiser está lá dentro, vai poder ver e saber disso. Então eu demonstro aqui a minha preocupação e a minha responsabilidade, tanto com morador, tanto com o associado, tanto com o não associado. Primeiro e-mail tão logo Eu soube que seriam realizadas as obras do SEMAE. Primeiro e-mail que Eu mando para o Conselho de Políticas Urbanas; "Prezada Greiza bom dia, Greiza é a secretária do Conselho de Políticas Urbanas. Por favor, informe-se com o senhor Gabriel Gobbi, se existe alguma informação nova sobre as obras do SEMAE na avenida Vitorino Dias, Paraná e rua São José, por aí vocês já vêm que a obra ainda estava lá no Centro de Convenções e Eu já estava preocupada com vocês, estou preocupada porque o tempo está passando e conforme já solicitado por mim se as obras atrasarem muito será péssimo para o comércio, esse e-mail foi enviado dia dez de maio. No dia seis de junho, e quero dizer o seguinte; todos os empresários aqui, receberam isso aqui, Eu só estou passando as informações pra quem não está acompanhando, todos os empresários da rua São José. Prezados conselheiros, venho convocá-los. Dia seis de junho, prezados conselheiros, venho convocá-los, em caráter de urgência, para uma reunião extraordinária do COMPURBI conjunta com a reunião ordinária do COMPATRI, amanhã sete de junho, às nove horas no auditório da Secretaria de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano, localizado à rua Teixeira Amaral, número cinquenta, centro. O assunto da pauta será a revitalização da rua São José. Saliento que é indispensável a presença de todos, tal, tal. Greiza Tavares. Isso no dia seis de junho. Dia nove de junho, do COMPURBI, senhor empresário, convite, isso a associação mandando, senhor empresário, a Associação Comercial e Empresarial de Ouro Preto - ACEOP, convida você, que possui estabelecimento comercial localizado à rua São José, Centro, Ouro Preto e ou proximidades para uma reunião que será

realizada em sua sede no dia nove do seis do onze, às dezenove horas com representantes do poder público para troca de informações sobre as obras do SEMAE que ocorreram neste perímetro, não deixe de participar, sua presença e opinião é muito importante, ou seja, foi aí então que os empresários tiveram a oportunidade de conhecer o projeto. Vou ler, peço licença, porque Eu acho que as coisas devem ficar muito claras. Eu vou ler um trecho da ata do COMPURBI que vocês vão ver toda a minha demonstração e toda a minha preocupação com vocês. Vem aqui a minha fala, quer ver, vou citar até uma frase do Rafael do IPHAN, Rafael coloquei quer fiscalizar bem a execução da obra para que realmente tenha qualidade, não, desculpa. Rafael colocou que deverão ser pensados locais alternativos, para que os veículos que serão retirados da rua São José, possam estacionar, Rafael colocou ainda que foi solicitado essa reunião para que se soubesse a aceitação ou não desta obra, comentou que as faixas para pedestres executadas na Barra, em que os paralelepípedos pintados de branco ficaram ruins e deverão ser corrigidas. Eu não vou falar a fala toda dele. Isso é só pra que vocês entendam a minha fala. Agora vem, Rosângela sugeriu repensar a largura do alargamento, desculpa gente, é muita pressão, eu peço até desculpa, porque é muita pressão. Rosângela sugeriu repensar a largura dos passeios para a passagem dos caminhões e informou que a Associação Comercial entregará cartas convocando os comerciantes para a reunião, de informação sobre a obra, tem mais, bem mais que vocês vão ver ainda a minha preocupação. Só pra vocês entenderem. Eu tenho, a impressão que se tem Rodrigo, é que a Associação não está preocupada com o empresário. Neste dia Marina, o dia deixa Eu te falar, exatamente o dia que Eu vi o projeto tão logo no dia dez de maio, Eu fiz esse pedido, Eu só tive conhecimento desse projeto Marina, dia seis de junho. Rodrigo, presta atenção. Dia seis de junho, foi apresentado, dia seis de junho nós fomos convocados, projeto foi votado no dia nove de junho, Eu fui convocada dia seis de junho, dia sete foi a reunião para aprovação já do projeto, reunião e aprovação. Dia nove, então o que Eu quero demonstrar Rodrigo, só é a minha preocupação para que vocês entendam que a Associação Comercial, representando a Associação Comercial, Eu jamais poderia está contra o empresário, tá certo, só isso Maurílio. Eu encerro, tá certo Rodrigo. Presidente Maurílio: " Eu gostaria que todos usassem a palavra, claro, mas no momento em que a pessoa estiver usando a palavra, Eu acho que é o direito dela colocar, como você também vai ter o direito de falar Rodrigo, fazer suas colocações, até um requerimento já antecipadamente de você, de usar um pouco mais de espaço, claro, nós estamos entendendo quem está mais por dentro, tá acompanhando diretamente, então Eu acho que cada um tem uma opinião. Não sei o que passa na cabeça de cada um. Rosângela: " O Rodrigo, só pra vocês". Presidente Maurílio: " então Eu acho que cada um tem uma opinião, tem um momento que a pessoa emociona um pouco de ser contra e as vezes pode ser até a favor, isso é coisa é de momento" Rosângela: " O Rodrigo, eu vou pedir licença, Eu só quero encerrar a minha fala e depois vocês perguntem o que vocês quiserem, Eu só não quero todos aqui que Eu conheço, a Rosângela não preocupou, a Rosângela não demonstrou..." Presidente Maurílio: " Eu vou passar então a palavra ao Rodrigo, para que ele faça a sua explanação, logo após ele, a Promotora deve está falando, nós temos também aqui um ofício do IPHAN que veio direcionado a Presidência e o Vereador Júlio, nós vamos ler também pra ver a posição do IPHAN, então é, são coisas que tem que ser ponderadamente e as vezes a gente tira um aproveitamento desta audiência. Com a palavra Rodrigo Toffolo: " Primeiramente Eu quero agradecer a Casa de Bernardo de Vasconcelos que é o patrono da Câmara Municipal de Ouro Preto, por fazer cumprir a Lei Federal dez mil duzentos e cinquenta e sete que trata, que estabelece uma audiência pública, quando se trata de assuntos que são questionáveis dentro da sociedade, ela trata das diretrizes gerais para o desenvolvimento do município, é verdade. Ela prega o princípio democrático, é verdade, e ela também assegura a participação da comunidade, na elaboração, execução e avaliação das ações, é aí que temos um problema a ser questionado, por isso, se é Lei, Eu digo, se é Lei, mas se é Lei, eu agradeço o cumprimento dessa Lei, e toda Lei deve ser cumprida, nada melhor do que um País que cumpri suas Leis. Por isso, posso dizer aos senhores, os senhores integrantes dos dois conselhos, conhecem os dados históricos do passeio da rua São José? Eu respondo, não conheceram não! Não conhecem não! Porque o próprio senhor diretor do IPHAN de Ouro Preto, senhor Rafael, não sabia, dos, o que nós chamamos, momentos históricos do passeio da rua São José. Nós fomos lá informá-lo, fomos levar pra ele, inclusive, para que todos saibam, no dia onze de janeiro de mil oitocentos e oitenta e sete, começa nessa casa, na Câmara, a discussão sobre o nivelamento dos passeios do centro histórico, no dia quatorze de janeiro do mesmo ano, determinou-se que a largura dos passeios sejam de um metro e vinte centímetros e no dia onze de fevereiro de mil oitocentos e oitenta e sete a Câmara deliberou que fossem construídos os passeios no

Largo do Rosário, a ponte dos contos, então uma deliberação. O não cumprimento dessa Lei pela Prefeitura, joga por terra, senão cumprir essas Leis, as decisões que foram deliberadas pelas comissões pois que, em momento algum, Eu posso dizer aos senhores, a Lei Federal dez mil, duzentos e cinquenta e sete? nos convidou, nos convocou o povo, o cidadão da rua São José, o morador, o empresário, até mesmo via Associação Comercial, que este convite para quem é associado ou não, só aconteceu pra reunião do dia nove dos seis, ou seja, seis dias antes de iniciar os dias úteis a obra na rua São José, então que fato é esse interessante que todos dizem que nós temos que primar pelo princípio democrático se nós ficamos sabendo apenas que aconteceria, nós não participamos e vou dizer, infelizmente, a nossa cara presidenta da Associação Comercial, ela se votou, ela votou mas não representando a comunidade da rua São José. Entretanto, é fato, que a cinco meses atrás ela vem solicitando à Prefeitura Municipal de Ouro Preto uma reunião pra mostrar, porque desde janeiro esse projeto já existia, já existia; desde janeiro; ela vem solicitando uma reunião da Prefeitura com os moradores, comerciantes, pela preocupação que ela tem com o comércio de Ouro Preto, isso é indiscutível, é um fato e ninguém está questionando está postura. Questionamos apenas ela ter votado sem ter comunicado aos associados, se tem algum associado, eu não sou associado, da associação comercial, mas não fui convocado como morador, ou como apenas comerciante para dar meu parecer, ninguém me perguntou qual o meu parecer, e de ninguém na rua São José, se Eu estiver mentindo que fale agora. Eu digo a ela, a nossa prezada representante da associação, que ela é legítima sim, pois foi eleita pra ser a presidenta, mas ela não tem a legalidade de votar por nós dentro do conselho designando e dando então como unânime a posição que todos estão favoráveis àquele projeto, isso não pode acontecer, pois que, isso não é legal, ela tem a legitimidade, mas tem que ter a aprovação dos comerciantes para falar por ele em algo tão importante, quanto mudar a rua São José. Então pra mim, quando Eu digo Eu, Eu digo os quatrocentos e cinquenta que assinaram aquela lista porque não somos um grupinho de três. O voto foi pessoal e não representa a classe empresarial, o seu voto não deve prevalecer sob um abaixo-assinado de mais de quatrocentas assinaturas, por isso, a decisão do conselho que foi domada e deliberada, ela pra nós não deve ser usada jamais como parâmetro para realização da obra, isso é querer forçar algo que realmente legal não é. Aproveito, e quero dizer aqui, me perdoe senhores vereadores, Eu proponho aquela máxima, que toda e qualquer mudança drástica, inclusive, a que aconteceu aqui perto da Escola de Minas, que nós ficamos sabendo da mudança e nós começamos a ficar preocupado de tantas mudanças, estamos vendo a cidade mudar pra que? Pra se adequar a que? A ser humana? Fecha a cidade toda ao tráfego. É uma decisão que tem que acontecer e que não vai demorar muito essa cidade vai ter que tomá-la, pois que, já tá ficando insuportável com tantas obras da Prefeitura, tantos canteiros de obra, você conseguir andar a pé, já está difícil andar a pé. Então, solicito que toda e qualquer aprovação de obra dessa magnitude tenha que passar por essa Casa, pois vocês são os nossos legítimos e legais representantes, acho que aí estaria tudo correto. Pois muito bem, coloco que se a Lei é para não ser cumprida, Eu pergunto, porque o Prefeito Ângelo Oswald e a Vereadora Crovymara propuserem a Lei que proíbe o uso de sacolas plásticas na nossa cidade, dando o prazo de um ano pra que a mesma entre em vigor é para descumprir a Lei que a mesma foi feita? E deram um ano, nós recebemos em seis dias o comunicado e ponto final. Pergunto ainda mais, os bares desta cidade ou de qualquer outra, deverão descumprir a Lei, pois diz que é proibido fumar em ambiente fechado? Nós aprendemos, acreditamos e pregamos que Lei é Lei, que Lei é Lei, e deve ser cumprida custe o que custar e doa a quem doer. Digo ainda mais, já falei nessa Casa na última vez, ouvi Tancredo Neves, o primeiro presidente eleito indiretamente, falando do Palácio da Liberdade em Belo Horizonte depois de ter sido eleito; devemos cumprir as Leis, modificá-las se forem ruins, cumpri-las enquanto não forem mudadas, pois este é o princípio mais relevante da democracia, uma salva de palmas para Tancredo Neves. Quero salientar aos senhores, que esta audiência ela vem primeiramente, retificar, corrigir, vem endireitar, assim como também ela vem também ratificar, que é confirmar o desejo de não de um grupinho como dizem, para menosprezar o nosso trabalho, como dizem na comunidade, mas um grupo de mais de quatrocentas assinaturas que moram e atuam na rua São José e dizem, não ao alargamento dos passeios. Eu aprendi muito uma questão histórica, que história está nos livros de história, é uma narração autêntica, se ela é autêntica, ela tem que ser legítima e bem ordenada dos fatos memoráveis da humanidade, nós podemos dizer que aquele passeio lá embaixo ela é uma narração autêntica e bem memorável de um fato importantíssimo que ocorreu antes, antes da libertação da escravatura, nós vamos mudar o conceito de história? Também mudando o conceito de acessibilidade, mudando conceitos que estão aí, como por exemplo, de história? Vamos mudar o conceito de

história? Os historiadores aceitariam? Digo, os documentos históricos foram entregues aos órgãos Prefeitura, IPHAN, Procuradoria e UNESCO, datam de antes da escravatura, mil oitocentos e oitenta e oito promulgada pela Princesa Isabel, tempo do Império. Esses passeios que estamos falando, eles foram cunhados pelas chibatas dos escravos. Devemos mudar a história ou preservá-la? Nossa cidade continuará a ser atrativa se ela se pautar na mentira trocando os passeios históricos por não históricos? Quero dizer ainda, quantos livros nós jogaremos fora Eu tenho a versão do prezado, não o conheci, Manuel Bandeira que fala do roteiro de Ouro Preto de mil novecentos e trinta e oito e traz os desenhos desses passeios maravilhosos, Eu não coloquei o poema de Cecília Meireles, mas no final coloco para os senhores verem. Quero só dizer que Tristão de Ataíde, o grande Alceu de Amoroso Lima, ele disse que passado não é o que passou, não é porque passou é passado não, é o que ficou em nós, Roberto Péret, daquilo que passou. Com a mudança, o que ficará? O vazio? A tristeza? E a falta do passado? E o IPHAN? O que é IPHAN? Perdoe seu Eu estou(inaudível) um pouco mais, ele é o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. Durante anos esteve aqui em Ouro Preto desde trinta e sete? Nos ensinando, mais do que ensinando, vem nos educando para preservar a nossa cidade, dura luta, mas lograram êxito. Estamos nós aqui, para evitar a aprovação deste projeto, pois a aprovação do projeto, se o IPHAN bater o seu carimbo, ele muda totalmente o patrimônio, muda a história, ele muda a arte, ele muda o nosso interior, muda a nossa querida cidade, perde a credibilidade. O verbo preservar é não mudar, para não perder, é não descaracterizar e não modificar, não aprove O verbo preservar é não mudar, para não perder, é não descaracterizar e não modificar, não aprove esse projeto senhores representantes do IPHAN, senhores representantes da Lei, não mudem esse projeto, a aprovação desse projeto rasga a Lei de Tombamento porque é uma Lei, e se é Lei, tem que ser cumprida, ou então nós vamos perguntar se os trezentos casos que estão no Ministério Público Federal, ajuizado, quatrocentos, que diz aqui o nosso vereador, pelo IPHAN deixarão de ter agora essa ação? Porque eles mudaram? Pra quem, quem é que pode mudar? A aprovação rasga a Lei de Tombamento e muda também o nome do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico ele não deverá de ter a sigla PHA, ele não pode ter o nome Patrimônio, ele não pode ter o nome Histórico, ele não pode ter o nome Artístico deverá ser apenas um Instituto Nacional. E Eu pergunto? Ouro Preto precisa de um Instituto Nacional? Não! Então nós não precisamos se caso venha acontecer isso? Dessas Leis pregadas pelo IPHAN para conosco, porque? porque deixou de desempenhar o seu papel. Qual a função de se preservar a história, senão preservar o nosso patrimônio histórico e artístico? Já disse que preservar é defender, preservar é conservar, preservar é resgatar os fatos históricos para que a história não se perca, digo mais, não rasguem a Lei do Tombamento, pois nós aprendemos a respeitar esta cidade e a queremos sim, queremos a Lei do Tombamento. Decreto Lei número vinte cinco de trinta de novembro de mil novecentos e trinta e sete. Devemos cumprir as Leis, vejam as fotos da rua São José, olhem os seus passeios, veja que espetáculo é essa cidade, é essa rua, a intervenção não se dará apenas numa casa, se dará no comprimento total da rua São José que é da ordem de duzentos e trinta e quatro metros de intervenção, modificação, desestruturação, descaracterização. As fotos apresentando a cidade, Ouro Preto atual. De mil oitocentos e setenta os passeios eram de responsabilidade do comerciante, o meu avô pagou para que aquele passeio fosse colocado em frente ao hotel e bar Tóffolo e nós não deixamos e meu pai brigou na época, inclusive, para não deixar tirar da Praça Tiradentes, a estátua de Tiradentes, para levá-la pra estação ferroviária, os senhores não sabem disso, mas Eu sei, ele brigou contra, e ele brigou contra a CEMIG querer passar em cima do passeio a sua instalação elétrica. Terminei dizendo, senhores, cumpram a Lei, esse é o dever que vocês tem para comigo que sou representante de quatrocentos e cinquenta assinaturas, este é o dever que os senhores tem com a nossa cidade, ao invés de ampliação de passeios na rua São José, Eu proponho que o dinheiro seja gasto num hidrante que tenha água, sabe para que? Para proteger a nossa cidade, para proteger o fantástico patrimônio barroco que é a rua São José da cidade maravilhosa de Ouro Preto. Quero dizer, senhores cumpram a Lei, se querem acessibilidade, se esse é um fato, feche a cidade inteira para que todos sejam mais humanos, agora, digo mais, não falem em acessibilidade se os órgãos públicos não o possuem, essa Casa ninguém pode subir esses degraus a não ser carregado, e o Ministério Público? E a Câmara? E o Fórum? E a Receita Estadual e a Prefeitura de Ouro Preto? Mas, numa vista superior, se vê que precisa de noventa centímetros para o cadeirante, o passeio da rua São José tem um metro e vinte, mas está aí as normas estipuladas exatamente para o cadeirante, e digo mais, que os senhores olharem, não precisa ampliar passeio nenhum, é só fazer em alguns pontos que ele já apresentou e sabem quais são muito bem, apenas um acesso, apenas uma rampa de acesso, sem modificar, essa modificação nós a entendemos, mas

uma modificação geral sinceramente não entendemos. Não falem então, pelo amor de Deus, em acessibilidade se os órgãos públicos não o possuem e onde ficará a nossa segurança na rua São José, imaginem um carro já pensado, chega um louco vira um carro naquela rua que é uma passagem única, eles vão roubar a rua inteira, e sai e quem é que vai atrás deles? Bicicleta? Meu Deus, Eu peço encarecidamente, salvem a rua São José!". Presidente Maurílio Zacarias: " vou solicitar ao secretário que faça a leitura aqui do ofício enviado, referente à audiência pública para debater o alargamento dos passeios da rua São José, do IPHAN. Com a palavra o secretário, vereador Júlio Pimenta: " Ao senhor Maurílio Zacarias Gomes, Presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto e ao senhor Vereador Júlio Pimenta solicitante desta audiência pública, referente ao alargamento dos passeios da rua São José. "Senhores Vereadores, em atenção ao convite para participar da audiência pública, para debater o alargamento dos passeios da rua São José, que será realizada na próxima quarta-feira, agradeço pelo convite e informo que não poderei comparecer, em função de convocação do Superintendente do IPHAN em Minas Gerais, para minha participação em reunião técnica com o IEPHA na mesma data em Belo Horizonte, que deverá se encerrar por volta das dezoito e trinta. Com o objetivo de subsidiar a audiência pública em questão informo, que a obra de saneamento sobre responsabilidade do SEMAE/Ouro preto foi devidamente autorizada e licenciada pelo IPHAN para sua realização em toda cidade, incluindo a rua São José e vem sendo realizada por etapas, de acordo com o cronograma próprio, quanto ao alargamento dos passeios, esclareço que, em vinte um do três de dois mil e onze, foi protocolado neste escritório técnico o anteprojeto de projeto reurbanização da rua São José em Ouro Preto, elaborado pela Prefeitura Municipal por meio de técnicos da Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano. A rua São José está inserida na área de proteção especial, conforme estabelecido pela portaria de número trezentos e dois de dois mil e dez do IPHAN, a mesma faz parte do arruamento setecentista da cidade considerada de extrema relevância na preservação do conjunto tombado. Desde então, o IPHAN realizou reuniões técnicas junto à equipe da Secretaria Municipal de Patrimônio para buscar a melhor solução técnica para a obra e com o menor impacto possível, discutindo propostas técnicas diferenciadas, sugeridas pelo IPHAN. Por tratar-se de obra pública, de grande importância comercial e efetiva à população de Ouro Preto e ainda, no entendimento que a obra deveria ser debatida com a comunidade ouropretana, já em nossa primeira resposta emitida por meio do ofício número trezentos e trinta e sete de dois mil e onze, de vinte e quatro de março de dois mil e onze, solicitamos revisões na proposta e recomendamos a Secretaria Municipal de Patrimônio, que o projeto fosse encaminhado aos conselhos municipais de preservação do patrimônio cultural e natural e também ao desenvolvimento urbano, COMPURBI. Uma nova reversão revisada foi apresentada em dezesseis de maio de dois mil e onze, e o parecer desse projeto foi emitido por meio do ofício de número seiscentos e cinquenta e nove de dois mil e onze, datado de primeiro de junho de dois mil e onze onde consta que " Informamos que esse projeto deverá ser encaminhado para manifestação dos conselhos municipais de interesse, COMPURBI e COMPATRI e somente após isso, emitiremos parecer definitivo. Em reunião conjunta dos conselhos, realizada em sete de junho de dois mil e onze, o projeto foi apresentado e aprovado pelos conselheiros, representantes de instituições públicas e organizações da sociedade civil. Entendemos que os conselhos são representativos da sociedade pois, são legalmente instituídos e previstos constitucionalmente como forma de democratização da participação popular nas decisões locais. Somente a partir da aprovação nos conselhos municipais e atendimentos as revisões solicitadas ao IPHAN poderia dar prosseguimento ao processo de aprovação. Em vinte e sete do seis de dois mil e onze, recebemos a proposta revisada pelos técnicos da Secretaria Municipal de Patrimônio, acompanhada de memorial descritivo e justificativa da obra, este material ainda não recebeu parecer pelo IPHAN, ressalte-se que nas análises anteriores, o projeto foi considerado de mínimo impacto e de não descaracterização da rua São José, por isso recebeu pareceres favoráveis pelo escritório técnico, mas ainda não aprovado pois deverá receber parecer favorável e ser aprovado pela Superintendência de Minas Gerais como ocorre com todos os demais projetos de intervenção em conjuntos tombados, também em vinte e sete de junho de dois mil e onze, tomei ciência da recomendação número um de dois mil e onze da quarta promotoria a qual estamos respondendo com as mesmas informações do presente ofício. Estiveram presentes na mesma data, algumas pessoas que protocolaram documento contestando a suposta aprovação do IPHAN para a intervenção e os conceitos técnicos da mesma. Ficou esclarecido que o projeto ainda não está aprovado, apesar de terem sido emitidos pareceres favorável pelo escritório técnico e que a documentação entregue foi anexado ao processo para análise e resposta. Em



trinta de junho de dois mil e onze, foi realizada nova reunião com os representantes, desta vez com a presença do Superintendente Estadual do IPHAN - Minas Gerais, senhor Leonardo Barreto de Oliveira, oportunidade na qual foram discutidos e esclarecidos o projeto e justificativas técnicas. O processo deverá receber um parecer definitivo em Belo Horizonte, para prosseguimento da análise e aprovação e o assunto está sendo acompanhado pessoalmente pelo Superintendente. As justificativas do IPHAN para emissão dos pareceres favoráveis baseiam-se nos conceitos técnicos atuais de intervenção e restauração, que devem ser intervenções documentadas, registradas, possíveis de reversão além da compreensão que tal intervenção não descaracteriza o conjunto urbano tombado e promoverá uma ação de requalificação urbana no trecho, introduzindo novos parâmetros de mobilidade urbana, segurança do pedestre, acessibilidade e tráfego calmo não privilegiando o veículo individual (automóvel). O escritório técnico do IPHAN em Ouro Preto, assegurou durante todo o processo o compromisso com a sociedade brasileira de preservação do patrimônio cultural especialmente protegido, garantindo qualidade de vida à população moradora de cidades históricas e critérios para que as intervenções sejam mínimas e não descaracterizantes inclusive, acompanhando e monitorando a execução da obra em sua qualidade final de acabamento. A Superintendência de Minas Gerais já iniciou seus estudos para o parecer e a princípio entende que o parecer do escritório técnico de Ouro Preto deverá ser ratificado, após aprofundamento da questão à luz dos argumentos apresentados por segmentos da sociedade. Grato pela atenção e compreensão, Rafael Arrelaro, chefe do escritório técnico de Ouro Preto, Superintendência do IPHAN de Minas Gerais. Ciente, assina também o senhor Leonardo Barreto de Oliveira, Superintendente do IPHAN de Minas Gerais". Tá escrito ratificado. Presidente Maurílio: Pelo que a gente entendeu, não está aprovado e ser for aprovado vai ser pelo IPHAN de Belo Horizonte, pela parte técnica de Belo Horizonte pelo o que a gente pode entender, mas não é que podemos dizer que vai ser uma oportunidade dele está aqui. Vamos oficializar e convidar ele para está aqui em Ouro Preto. Vou passar a palavra para a Promotora, a Dr<sup>a</sup> Shermilla Perez, para que ela faça seu pronunciamento, talvez ela tenha outros afazeres. Com a palavra a Dr<sup>a</sup> Shermilla: "Primeiramente boa noite a todos os presentes, boa noite cumprimento à Câmara. Primeiramente pra quem não me conhece meu nome é Shermilla, Eu sou a nova Promotora de Ouro Preto, pretendo ter muito contato com todos vocês, o Ministério Público está sempre aberto a toda comunidade ouro pretana, e um dos meus primeiros atos foi recomendar justamente esta audiência pública. A audiência pública além de uma exigência da Lei que consolida o Estatuto das Cidades, ela é um instrumento indispensável para legitimar a atuação da administração pública. Eu acho que é um grande momento para que a comunidade e administração debatam estes temas polêmicos e busquem entrar num consenso, porque vocês, o povo, é a finalidade da administração. Toda administração pública gira em torno do interesse público, pelo princípio da supremacia do interesse público é o norteador de toda atuação, e o Ministério Público, ele fiscaliza não só a administração pública, como especificamente patrimônio histórico, o que em Ouro Preto ganha proporções maiores que em outras cidades. Então Eu gostaria de deixar muito claro que o Ministério Público ele busca acompanhar de perto todas intervenções, especialmente no conjunto tombado. A aprovação do IPHAN, será vista muito de perto por nós, tentaremos nós pretendemos fiscalizar, acompanhar os critérios adotados, porque é inegável que a obra é de impacto, e não só preservar o conjunto tombado, nós queremos também preservar e de fato agradar a sociedade, que é o grande cliente do Ministério Público. Muito disse aqui sobre acessibilidade, e de fato o prédio do Ministério Público aqui não tem acessibilidade, mas a nossa demora, o nosso erro, não pode justificar também, erros de outros órgãos e também não afastará a nossa fiscalização. Temos que mudar, estamos procurando, mas também temos, precisamos de uma aprovação do IPHAN, nosso órgão é não é diferente de vocês, nós precisamos da aprovação do IPHAN, e isso já está sendo visto, porque realmente nós temos que descer toda vez que um cadeirante acontece, e que nós fazemos com o maior prazer. O Ministério Público nós não temos radicalismos em defender o patrimônio, em ouvir apenas a sociedade, a gente tenta sempre um ponto de equilíbrio buscando o bem estar coletivo, que pra nós é a grande missão do Ministério Público, o bem estar coletivo, por isso Eu espero que esta audiência pública seja de grande valia, para vocês tirarem as dúvidas, para todas as questões serem abordadas, e pra todos sairmos com um consenso dessa reunião. É basicamente isso, o Ministério Público está de portas abertas, e Eu estou aberta a qualquer questionamento". Com a palavra Ronaldo Toffolo: "Preciso dizer a Doutora que existia sim, estamos aqui, um acesso no Ministério Público que um órgão mandou tirar já que havia aquele acesso, foi retirado uma rampa de acessibilidade, então, lá não pode ter por questões que Eu não sei quais, não sei qual órgão mandou tirar porque descaracterizava a cidade de Ouro

Preto". Com a palavra Dr<sup>a</sup> Shermilla: "Estou apenas justificando, como nós cobramos também devemos ser cobrados e já estamos providenciando acessibilidade a todos". Presidente Maurílio: " Vou passar a palavra aos Vereadores e logo em seguida nós abriremos a palavra ao público". Com a palavra o Vereador Moisés Rodrigues: " Senhor Presidente, senhoras e senhores boa noite a todos, senhora Promotora, senhor secretário. Pronunciar rapidamente aqui como dizia um amigo meu, político de muitos anos é preciso numas ocasiões dessa falar de pé, pra ser visto, falar alto pra ser ouvido e pouco pra errar menos. Na questão desta audiência pública, o que mais nos causa estranhamento é o fato dela está ocorrendo depois do início das obras, porque uma audiência pública pressupõe um ambiente democrático, onde várias pessoas vão falar, vão ser ouvidas, se vai se debater o tema e a partir daí formar um consenso e esse consenso é que vai dar diretriz a obra ou ato, ou aquilo que for de acordo com o tema da audiência. Então é muito estranho essa audiência, dá a impressão que a gente tem Zé Luís, é que ela tá sendo cumprida, pró forma, só pra se justificar, e pra se moldar a Lei, a exigência, mas a gente uma impressão de que, tomara que não, a gente as vezes aqui esteja perdendo até tempo, já que o ânimo deles, realmente parece que tá é, bastante firme, exaltado no sentido de dar prosseguimento indiferente aqui das nossas opiniões. Quanto a questão do saneamento, logicamente nós não temos nada contra, porque é preciso fazer o saneamento, mas é preciso que houvesse uma transparência melhor de informações, um cronograma melhor, que informasse melhor os comerciantes, fiquei sabendo que lá já está a dois dias sem água na rua, então é preciso que haja mais transparência com relação ao cronograma principalmente, da questão do tratamento de água. Quanto ao alargamento dos passeios, o Prefeito Regina Braga, não pode insistir em fazer de Ouro Preto aqui uma Veneza, que não tem bairro, não tem distrito, Ouro Preto não é uma Veneza, Ouro Preto é uma cidade pulsante, uma cidade grande, ampla, então, além, Cristina Tárzia, desse atentado violento ao pudor histórico e artístico, moral da cidade, haverá aí, inegavelmente, pelo projeto ao que tudo indica, e é essa é a opinião que o povo passa pra gente, que a gente compartilha, uma série de inconveniência, na questão da segurança, como que um caminhão de bombeiro vai passar lá na rua pra apagar um incêndio de uma casa dessa, se vai passar só um carro estreito lá? Como? Não tem hidrante e por isso mesmo! Então precisa mais ainda de um caminhão de bombeiro, como que ele vai chegar lá? Como que outros tipos de transporte como ambulância e até mesmo como havia te dito Zé Luís, como que os próprios caminhões que carregam a caçamba, caminhões médios vão lá pra dar suporte aos detritos da obra, rejeitos da própria manutenção que se vai fazer nos casarões? Então é um negócio estranho e outra coisa, e se realmente o carro quebrar lá, se só passa um se o carro quebra, como que uma ambulância vai atender um idoso no banco do brasil se ele vier a passar mal lá? Então, são uma série de indagações práticas e quem sabe agora nessa audiência nós vamos ter a oportunidade de ouvir aqueles que propõem o projeto. Nós não entendemos de jeito nenhum, é o porque dessa insistência desse projeto contra a vontade do povo, professor, a cidade não é do povo? Como que eles insistem num projeto contra o povo? O nosso maior medo, professor, é que esse projeto, essa obra, oculte outros interesses escusos que pode vir aí depois a ser, novamente, a ponta de um outro iceberg de escândalo, entre tantos que tem havido em Ouro Preto, nestes últimos anos. Então seu Presidente, Eu quero dizer as senhoras e senhores que o meu apoio é irrestrito e amplo à causa, a cidade e ao povo. Eu queria encerrar com minha fala pra que os senhores tenham oportunidade de manifestar, porque aqui o que é mais importante é que vocês manifestem logicamente, no mesmo espírito cívico de cidadania ouro pretana, que o professor evocou aqui, fazendo uma prece que Eu acabei de bolar aqui; Santa Cristina Tárzia padroeira do verdadeiro sentimento de Ouro Preto, rogai por nós e nos protegei contra esse povo esquisito que aí está". Com a Palavra Regina Braga: " Senhor Presidente, demais componentes da Mesa, Doutora Promotora bem vindo à Ouro Preto, já chegou com polêmica, mas Ouro Preto é desse jeito, história de Ouro Preto é toda polêmica, é luta, tudo aqui é muito difícil, tudo aqui é muito sofrido, já correram muito sangue aí nessas pedras e até hoje tudo é muito dif&iacut